

COM VOCÊ

Informativo bimestral da PREBEG

maio/junho 2006 ano 4 nº 17

Time de craques

Logo no primeiro ano em que foi formada, em 1978, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) criou sua primeira Comissão Técnica. O grupo, que não tinha caráter permanente, foi estruturado para examinar um anteprojeto da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a edição de uma instrução sobre a compra e venda de valores de títulos.

“A partir da década de 80, as Comissões Técnicas Nacionais passaram a integrar de forma regular a vida associativa”, diz Devanir Silva, superintendente geral da Abrapp. “Atualmente, temos dez grupos nacionais que reúnem em seus quadros 144 dos melhores técnicos do sistema de fundos de pensão.” Vale destacar que representantes da Prebeg estão presentes em sete das dez Comissões (veja quadro). Além dos times nacionais, há também sete Comissões Técnicas Regionais (CTR) que atuam localmente e possuem 30 membros. A Prebeg está representada na CTR Sudoeste de Controles Internos.

A meta das Comissões Técnicas Nacionais (CTNs) é oferecer subsídios para a realização de estudos, treinamento e desenvolvimento dos profissionais do segmento, dando apoio técnico às ações da Diretoria da Abrapp, com suas análises e pareceres. Cada CTN é presidida por um coordenador (indicado pelo diretor da respectiva área na Abrapp) que tem como atribuições convocar as reuniões, determinar a pauta, dirigir os trabalhos, distribuir as tarefas, preparar as atas e definir eventual proposta de substituição de membros.

Discussões de alto nível

As CTNs são integradas por, no mínimo, seis membros e o número máximo de participantes é estabelecido pelo diretor da área dentro da Abrapp. A composição da

Comissão é revista a cada ano, ficando a critério da Diretoria da Associação a indicação e substituição de membros, por proposta do diretor da área.

Esses grupos podem responder a consultas e produzir pareceres que lhes forem solicitados, desde que autorizados pelas Diretorias da Abrapp às quais estão ligados. “Ao reunir muitos dos melhores profissionais do sistema, as CTNs operam como um importante fórum de debates e troca de idéias e experiências”, comenta Devanir Silva. “Por isso, elas fornecem valiosas contribuições, tendo participação inestimável no aprofundamento e amadurecimento de inúmeros temas.”

Entre os assuntos que contaram com o expertise das CTNs, estão a discussão da Lei no 11.053, que trouxe um novo modelo de tributação há muito solicitado pelos fundos de pensão, o aperfeiçoamento da Resolução nº 13, que representou um grande avanço em termos de controles internos e compliance, a criação do primeiro Dicionário de Termos Técnicos do setor e a nova planificação contábil. “São vários os exemplos de sucesso, pois as Comissões Técnicas têm formado um vasto acervo de conhecimentos que honra e amplia a cultura previdenciária complementar no país”, conclui Devanir Silva.

Atualmente, dez CTNs estão em ação na Abrapp, sendo que sete delas (indicadas com *) contam com a participação de representantes da Prebeg. Confira os temas abordados pelos dez grupos:

- Assuntos Jurídicos
- Atuária*
- Comunicação e Fomento*
- Contabilidade*
- Controles Internos e Compliance*
- Gestão Corporativa
- Investimentos*
- Recursos Humanos
- Seguridade*
- Autogestão em Saúde*

➔ **A partir dessa edição, iremos detalhar o trabalho das Comissões que têm participantes da Prebeg. Dando início a essa série, veja, nas páginas 2 e 3, uma entrevista exclusiva com o coordenador da Comissão Técnica Nacional de Seguridade, Aldo Júlio Ferreira.**

Atenção voltada para a segurança do sistema

Com 21 anos de experiência no setor, **Aldo Julio Ferreira**, assessor da Diretoria de Seguridade do Postalis (fundo de pensão dos Correios), coordena a Comissão Técnica Nacional (CTN) de Seguridade da Abrapp desde novembro de 2002. Com reuniões mensais, essa CTN conta com 15 integrantes – entre eles, Arnaldo Serighelli, da Diretoria Executiva da Prebeg.

Segundo Aldo, a Comissão vem tendo participação destacada no processo de regulamentação da nova legislação básica da previdência complementar no país. Nesse sentido, tem apreciado os temas e fornecido à Abrapp subsídios para se manifestar a respeito das regras a serem expedidas pelos órgãos normativos (Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC) e de fiscalização do sistema (Secretaria de Previdência Complementar - SPC). Acompanhe a entrevista concedida por Aldo Julio Ferreira ao informativo “Prebeg com você”:



.....

Em que sentido a Resolução nº 13 representou um avanço para o sistema?

Na realidade, desde a edição das Leis Complementares nº 108 e 109, de maio de 2001, os fundos de pensão vêm sendo submetidos a reformas que visam à melhoria de seus padrões de controles, transparência e informações, tanto na administração de seus ativos financeiros quanto na administração dos passivos dos planos de benefícios.

Sem dúvida, a Resolução nº 13, de outubro de 2004, foi um grande passo na profissionalização da gestão dos fundos de pensão no Brasil. O desafio é mostrar aos administradores que a gestão de risco melhora os processos e minimiza a possibilidade de danos nas entidades. Essa evolução precisa ser amplamente difundida e divulgada junto aos participantes, assistidos, patrocinadores, ao mercado e à sociedade, visando demonstrar a verdadeira função social das entidades e sua real importância para a garantia do padrão econômico dos trabalhadores na inatividade e para o desenvolvimento do país.

.....

Quais os principais benefícios trazidos por essa Resolução?

A Resolução é de suma importância para

aprimorar a transparência do sistema e os mecanismos de gestão e governança dos fundos de pensão. Um de seus principais benefícios diz respeito ao fato de que ela representa um valioso passo no sentido da auto-regulamentação, conforme antiga reivindicação do setor. Nesse sentido, fica evidente o objetivo de atender a uma das preocupações da SPC com a previsão de que os mecanismos de autofiscalização estejam ajustados ao porte e perfil de complexidade dos fundos de pensão.

Ademais, cabe destacar que a Resolução procura estabelecer uma delegação clara de competência entre os órgãos estatutários, além de indicar objetivamente a necessidade de adoção de um código de conduta e da crescente qualidade técnica dos gestores, dentre outros benefícios para sistema.

.....

E quais as dificuldades geradas pela Resolução?

Por certo, uma das maiores dificuldades provocadas pela resolução refere-se à sua efetiva implementação, em face das condições e prazos estipulados, tendo em vista a necessidade de uma grande reestruturação dos fundos de pensão.

Além do mais, não podemos deixar de mencionar que, em função da grande

heterogeneidade das mais de 300 entidades existentes, cada fundo, praticamente, deverá desenvolver um modelo específico e mais adequado à sua realidade, tamanho e nível de complexidade. Esse novo modelo de reestruturação, por certo, levará a um considerável aumento das despesas administrativas, que representarão maior peso às entidades de menor porte, principalmente em função da nova estrutura de suporte a ser viabilizada com vistas ao fiel cumprimento da Resolução no 13.

.....

Quais são os maiores riscos que rondam os fundos? Em que etapas do processo eles são mais graves?

Até pouco tempo, quando se falava em riscos dos fundos de pensão, quase todo o enfoque era dado aos ativos, ou seja, ao risco financeiro (risco de mercado) e aos riscos de natureza econômica e atuarial (inadequação de premissas, principalmente, a taxa de juros). Todavia, mais recentemente, passou-se a dar maior abrangência aos demais riscos existentes que afetam as atividades dos fundos, a exemplo do que ocorre em qualquer outra organização empresarial, tais como riscos operacional, financeiro, atuarial, jurídico e de imagem.

No tocante ao passivo dos fundos, mais precisamente à seguridade, podemos indicar que os maiores riscos estão relacionados, em especial, a seis temas: desenho dos planos de benefícios, regulamentação e interpretação de normas, sistemas de informática, dados cadastrais, concessão e manutenção de benefícios e comunicação e informação.

Todos os riscos apresentam certo grau de repercussão nos resultados na administração dos planos, mas se tivéssemos que apontar um como sendo o mais crucial para o processo de monitoramento de riscos, indicaríamos a correção e fidedignidade das informações cadastrais. Afinal, este é um procedimento elementar e básico para, praticamente, todos os outros processos.

.....

Como esses riscos podem ser minimizados?

Com vistas a minimizar os riscos de um fundo de pensão, deve-se desenvolver sistemas de controles internos eficientes e adequados, mas com custos aceitáveis, de forma que os objetivos e metas sejam atingidos de forma satisfatória.

Com os riscos sempre monitorados, os erros e

procedimentos ilegais ou mesmo fraudulentos tendem a ser evitados e, na sua eventual ocorrência, devem ser detectados e corrigidos no menor espaço de tempo possível, como parte das atribuições habituais do corpo profissional da entidade.

A adoção de controles eficientes permite à entidade cumprir os objetivos de maneira correta com a mínima utilização de recursos. A eficiência do sistema de controle interno deve possibilitar detectar não somente irregularidades e fraudes, mas também erros ou atos não-intencionais. Assim, os riscos quando devidamente monitorados podem ser eliminados, reduzidos ou compartilhados.

.....

Falhas em fundos específicos podem gerar impactos sobre o sistema como um todo e, portanto, ter reflexos mesmo sobre entidades que estão em dia com seus controles e sistemas?

Caso um fundo de pensão tenha um bom sistema de controle interno, a probabilidade de ocorrência de falhas e erros tende a diminuir sensivelmente, conforme expliquei anteriormente.

Apesar de as falhas em um fundo de pensão não interferirem diretamente no desempenho de um outro fundo, eventuais situações indesejáveis relacionadas a problemas e erros de qualquer natureza podem comprometer a imagem do sistema como um todo, sobretudo perante a imprensa e a sociedade. Além disso, pode-se repassar insegurança aos próprios participantes (“se isto está acontecendo com o fundo ‘tal’, pode também acontecer com meu fundo”). Por isso, a transparência é importante para todos.

.....

Como estão os fundos brasileiros em relação à sua segurança?

Os fundos de pensão brasileiros, praticamente, não deixam muito a desejar em relação aos estrangeiros. A partir do processo de modernização da previdência complementar, o Brasil passou a ter uma das legislações mais modernas do mundo que inovou e aprimorou, sensivelmente, sua administração, buscando cada vez mais uma gestão profissionalizada dos dirigentes e a democratização, com a participação efetiva dos participantes nos órgãos estatutários. Apesar destes importantes avanços, temos muito a fazer e crescer e assim permitir que, cada vez mais, um contingente maior da população brasileira esteja amparado pela previdência complementar.

Nosso especialista em aposentadoria

Eurípedes Arantes de Freitas, de 57 anos, tem uma trajetória de muito sucesso no Banco do Estado de Goiás e na Prebeg. Mesmo aposentado, ele prosseguiu trabalhando na instituição como diretor de Seguridade por seis anos e, desde maio, passou a atuar como consultor. Sem dúvida, Arantes é uma referência para todos os participantes quando o assunto é previdência complementar.

“Entrei no Banco do Estado de Goiás em 1969, por meio de concurso público, como escriturário. Um ano depois, fui promovido para a gerência intermediária. Exerci os cargos de gerente geral de Recursos Humanos, Patrimônio, Controle de Crédito e Serviços Administrativos, assessor de Diretoria e chefe de gabinete da Presidência. Em paralelo às atividades no Banco, também ocupei posições de destaque na Asbeg, Casbeg e Prebeg.

A aposentadoria chegou em abril de 2000, mas continuei atuando na Prebeg como diretor de Seguridade. Como meu mandato terminou em maio, aproveitei para agradecer aos participantes da instituição (por terem me eleito por cinco vezes), aos profissionais dos patrocinadores (com quem sempre mantive uma relação profissional e respeitosa), à atuária Marília Vieira Machado da Cunha Castro (pela colaboração e atenção especial) e aos empregados e ex-empregados da Prebeg (pelo profissionalismo, respeito e dedicação).

Mas não vou parar por aqui. Fui convidado e aceitei ficar na Prebeg por mais um ano na função de consultor. Depois disso, tenho planos de construir imóveis para alugar e vender. Sou proprietário de uma chácara e produtor de leite e pretendo também concentrar meus esforços nessa atividade.



Arquivo Pessoal

Sei, por trabalhar na área de previdência, que a aposentadoria é um misto de conquista e aflição. No primeiro momento, tudo é festa, liberdade. Depois de um mês (o que corresponde ao período de férias), surgem dúvidas e angústias. É preciso estar preparado para essa fase e ter em mente que a melhor terapia é a ocupação, seja ela qual for.

Na vida pessoal, sou muito bem-casado com Maria de Fátima há 26 anos e pai de dois filhos (Aníbal e Guilherme). Nas horas livres, gosto de conversar com os amigos, assistir a uma boa partida de futebol (infelizmente, um problema de coluna me impede de jogar) e pescar na região do Rio Araguaia.”



“Quem se apaixona por si mesmo não tem rivais.”

Benjamin Franklin, estadista e cientista norte-americano.



Novos integrantes tomam posse nos conselhos

você e a fundação

No dia 29 de maio, tomaram posse os quatro novos membros dos Conselhos da Prebeg, eleitos pelos participantes ativos, autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD):

dois para o Conselho Deliberativo (um titular e um suplente) e dois para o Conselho Fiscal (um titular e um suplente). Juntamente com a Diretoria Executiva, os Conselhos são os principais organismos que fazem a gestão da entidade e seus membros são civil, penal e administrativamente responsáveis pelas ações tomadas em nome da Prebeg. Eles devem, portanto, trabalhar em linha com o Estatuto Social e o Regulamento Básico, além de assegurar o cumprimento integral de todas as leis e regulamentações do setor.

As eleições representaram um passo fundamental em direção a uma atuação ainda mais efetiva dos

participantes da Prebeg. Segundo Fernando Tadeu Perez, diretor executivo da Área de Recursos Humanos do Banco Itaú S.A. e diretor presidente da entidade, "a presença dos representantes eleitos demonstra o compromisso com a transparência na gestão da entidade e confere maior credibilidade às decisões tomadas pelos Conselhos".

Do total de 676 participantes ativos da Prebeg, 136 votaram no processo eleitoral – ou seja, 20,10%. Com apenas 3 votos em branco e 2 nulos para a escolha do Conselho Deliberativo, Gecimar Freitas de Menezes (titular) e Mara Marcia G. de C. Ferreira (suplente) foram eleitos com 131 votos. Para o Conselho Fiscal, 129 votantes escolheram João Batista Mascarenhas Roriz (titular) e Antonio Dias Pinto (suplente). Houve 5 votos brancos e 2 nulos.

Ricardo Hara



Gecimar Freitas de Menezes, Antônio Eustáquio Vieira, João Batista Mascarenhas Roriz e Luiz Fernando Pinheiro.

Conselho Deliberativo

Presidente

Henri Penchas

Conselheiros

Antônio Eustáquio Vieira

Antonio Jacinto Matias

Fernando Tadeu Perez

Oswaldo do Nascimento

Gecimar Freitas de Menezes

Suplentes

Silvio Aparecido de Carvalho

Diomar Dourado Guimarães

Hélio Mendonça Lima

João Jacó Hazarabedian

Renato Roberto Cuoco

Mara Marcia G. de C. Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente

Marco Antonio Antunes

Conselheiros

Luiz Fernando de Assumpção Faria

José Maria Riemma

Carlos Roberto Zanelato

João Batista Mascarenhas Roriz

Edilson Correia Soares

Suplentes

Geraldo Cândido Furtado

Selma Negro Capeto

Ottávio Aldo Ronco

Ricardo Leme Spinola de Mello

Antonio Dias Pinto

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Fernando Tadeu Perez

Diretor de Investimentos

Carlos Henrique Mussolini

Diretores Gerentes

Arnaldo Cesar Serighelli

Marcos Roberto Carnielli

Reginaldo José Camilo

MPS divulga contas na internet

Foi lançada, em março, a página eletrônica da Transparência Pública do Ministério da Previdência Social (MPS), no endereço <http://www.previdencia.gov.br/transparencia/index.asp>.

Nela, os usuários têm acesso à execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens aéreas e diárias de servidores, além de informações sobre gastos com suprimento de fundos e cartões corporativos.

A divulgação das contas do governo federal na internet foi determinada pelo Decreto nº 5.482, de 20 de junho de 2005, que definiu prazos para que todos os ministérios e demais órgãos e entidades da administração pública federal coloquem suas contas na internet, facilitando o controle pelo cidadão. O MPS disponibilizou também dados sobre recursos humanos e procedimentos disciplinares, além de um glossário que explica os termos presentes no descritivo dos gastos.

Novo demonstrativo de investimentos

O secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, assinou, no dia 28 de março, a Instrução nº 10 que estabelece procedimentos para o preenchimento, envio e divulgação do Demonstrativo de Investimentos dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Com bases mensais e por plano de benefícios, o novo demonstrativo substitui o DAIEA (Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações) que era trimestral e por entidade. O objetivo da mudança é possibilitar acompanhamento mais dinâmico, transparente e simples e melhor supervisão das aplicações financeiras feitas para cada plano.

O acesso ao novo Demonstrativo de Investimentos pode ser feito diretamente na página eletrônica do Ministério da Previdência Social/Secretaria de Previdência Complementar (<https://daieaweb.previdencia.gov.br/daiea/>). O usuário e a senha são os mesmos já usados pelas entidades para acesso ao Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB).

Atendimento Prebeg: (62) 3224-7262

Informativo bimestral da Prebeg - Av. Tocantins, nº 1.016 - Setor Aeroporto - CEP 74075-100 - Goiânia(GO) • Projeto editorial: Palavra. Oficina de Textos • Tel. (11) 3034-0007 • Jornalista responsável: Beth Leites (MTb 20.273) • Projeto gráfico: Hiro Okita • Tiragem: 2.200 exemplares.

